

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA**

MARIANA GONDIM COELHO

**FORMAÇÃO DOCENTE A DISTÂNCIA E
A HEGEMONIA DO SETOR PRIVADO COM FINS LUCRATIVOS**

**Niterói
2021**

MARIANA GONDIM COELHO

**FORMAÇÃO DOCENTE A DISTÂNCIA E
A HEGEMONIA DO SETOR PRIVADO COM FINS LUCRATIVOS**

Artigo monográfico apresentado ao Programa de Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito à obtenção da habilitação de Licenciatura.

Orientadora:

Prof^a Dr^a Carolina Zuccarelli Soares

Niterói

2021

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C672f Coelho, Mariana Gondim
Formação docente a distância e a hegemonia do setor privado lucrativo / Mariana Gondim Coelho ; Carolina Zuccarelli Soares, orientadora. Niterói, 2021.
32 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais (Bacharelado/Licenciatura))-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2021.

1. Formação Docente. 2. Educação a Distância. 3. Setor Privado. 4. Produção intelectual. I. Soares, Carolina Zuccarelli, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD -

MARIANA GONDIM COELHO

**FORMAÇÃO DOCENTE A DISTÂNCIA E
A HEGEMONIA DO SETOR PRIVADO COM FINS LUCRATIVOS**

Artigo monográfico apresentado ao Programa de Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito à obtenção da habilitação de Licenciatura.

Aprovada em __/__/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Carolina Zuccarelli Soares – UFF
Orientadora

Prof^a Dr^a Raquel Guilherme de Lima – UFF

Prof^a Dr^a Adriane Pereira Gouveia – UFRJ

Niterói

2021

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo fomento e apoio necessário para o prosseguimento adequado da pesquisa através da bolsa de Iniciação Científica no projeto “Estratificação da educação básica brasileira: uma abordagem multidimensional”, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Antonio Costa Ribeiro.

À Universidade Federal Fluminense e a todos os professores e professoras que contribuíram ao meu processo de formação e desejo de continuar nesta trilha.

À professora Raquel Guilherme de Lima e aos demais colegas pesquisadores do Grupo de Pesquisa sobre Desigualdades Estruturantes – Desestrutura/UFF – pelos quais nutro o mais profundo respeito e admiração, que caminharam juntos nesse processo de formação para pesquisa, durante período tão difícil, e promoveram sempre encontros riquíssimos.

À professora e orientadora Carolina Zuccarelli, por abraçar o meu interesse pelo tema, pelo convite para participar da atividade de pesquisa, e, principalmente, pelo rigor, gentileza e apoio com os quais conduziu todo esse processo. E ainda aos colegas de pesquisa Larissa Ramalho e Rafael Santiago, pela colaboração e troca de ideias fundamentais, e sem os quais não seria possível a realização deste trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer aos amigos e familiares pela compreensão e suporte em todos esses momentos. Vocês são imprescindíveis!

A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado.

Karl Marx

RESUMO

No ano de 2019, a concentração de matrículas nos cursos de licenciatura na modalidade de Educação a Distância (EaD) alcançou um importante marco ao superar o número total da modalidade presencial. O domínio do setor privado, que caracteriza o processo de expansão do Ensino Superior no Brasil, com destaque para as instituições com fins lucrativos, permanece como retrato também da distribuição dos cursos deste grau acadêmico. Tendo em vista o processo de reconfiguração do Ensino Superior, esta pesquisa tem como objetivo compreender as mudanças na formação de professores, tendo como exemplo a trajetória do grupo Cogna Educação, antiga Kroton Educacional, mais especificamente, a Universidade Pitágoras Unopar, mantida por este grupo educacional. A instituição aparece não somente como aquela com maior número de matrículas na EaD, mas igualmente com o maior número de matrículas em cursos de licenciatura de todo o país. Levando isso em conta, a questão central que se coloca é compreender os desdobramentos que colocam a formação de docentes a distância, hegemônica e oligopolizada pelo setor privado com fins lucrativos, em posição de destaque. Para realização da pesquisa, foram utilizados os Microdados do Censo da Educação Superior em combinação com os registros das instituições de ensino e mantenedoras através de consulta pelo e-MEC, e os dados disponibilizados pelos portais próprios do grupo educacional estudado, além de ter como referência bibliográfica os estudos já realizados sobre o tema. Temos como resultado dessa a corroboração da tese de que a diversificação e a forma de expansão do Ensino Superior pelo setor privado-mercantil, impulsionada por essas mudanças e incentivos estatais, representaram uma preferência pela formação docente onde o principal interesse encontra-se na ampliação da margem de lucros dos seus representantes.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Formação Docente; 2. Educação a Distância; 3. Setor Privado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. RECONFIGURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	10
3. FORMAÇÃO DOCENTE A DISTÂNCIA.....	14
4. COGNA EDUCAÇÃO E UNOPAR: QUEM EDUCA O EDUCADOR?.....	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

GRÁFICO 01 - Matrículas no Ensino Superior por modalidade de ensino e categoria administrativa

GRÁFICO 02 - Série histórica do número de matrículas nos cursos de licenciatura à distância (2002 - 2019)

GRÁFICO 03 - Matrículas em cursos de licenciatura *presenciais* por categoria administrativa

GRÁFICO 04 - Matrículas em cursos de licenciatura à *distância* por categoria administrativa

GRÁFICO 05 - Matrículas em cursos de licenciatura à distância da UNOPAR (2010 - 2019)

IMAGEM 01 - Tese de Investimento do grupo Kroton Educacional

1. Introdução

O notável crescimento das matrículas nos cursos de Educação a Distância (EaD) é uma realidade observada a partir da análise das estatísticas levantadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que resultam na publicação anual do Censo da Educação Superior. O período de expansão do ensino superior, intensificado a partir dos anos 1990, teve como marca o fortalecimento do setor privado como principal ofertante de cursos e com o seu domínio numérico das matrículas. Como parte deste processo, a modalidade de ensino a distância passou a ganhar força a partir do final da primeira década do séc. XXI, se apresentando como uma estratégia de redução de custos e maximização de lucros em um novo nicho do já consolidado mercado educacional.

Atualmente, o quadro geral do sistema de ensino superior no Brasil reforça essa tendência de crescimento do EaD com uma maior oferta de vagas e, no setor privado, um maior número de ingressantes em relação à modalidade presencial, o que indica uma tendência de fortalecimento da modalidade no sistema de ensino superior. No entanto, é a sua relação característica direcionada para a formação de docentes que se torna o foco da proposta de análise deste artigo monográfico. No ano de 2019, essa concentração dos cursos de licenciatura no EaD ultrapassou um marco importante ao superar o número total de matrículas da modalidade presencial, correspondendo a 53% do total de matrículas nas licenciaturas (INEP, 2020). O domínio do setor privado, com destaque para as instituições com fins lucrativos, permanece como retrato também da distribuição dos cursos deste grau acadêmico, reunindo 64% das matrículas totais. A partir destas considerações, que se definiu como o tema de pesquisa essa concentração verificada dos cursos de formação docente na modalidade de Ensino a Distância (EaD), notadamente ofertada pelas instituições de ensino com fins lucrativos.

Esse tema é atravessado não somente pela discussão sobre a predominância do setor privado no campo da educação, mas a sua disposição em grandes oligopólios educacionais, e a sua relação com a totalidade do sistema de valorização do capital. A identificação dos principais grupos educacionais que ofertam os cursos de licenciatura a distância e dominam o mercado da educação no Brasil colocou como escolha estratégica para compreender esse fenômeno o estudo de caso a partir do principal atuante e maior grupo no país: a Cogna Educação. A partir disto, temos como objetivo compreender como se dá a oferta destes cursos de formação de professores e qual o interesse que

estes principais ofertantes possuem em investir nesse segmento da educação. Neste contexto, a Universidade Pitágoras Unopar, mantida por este grupo educacional, aparece não somente como a instituição com maior número de matrículas na EaD, mas igualmente com o maior número de matrículas em cursos de licenciatura de todo o país e, assim, se tornando objeto para a análise específica da nossa pesquisa.

Para entender esse fenômeno, se faz necessária uma análise longitudinal da série histórica de dados disponíveis sobre o processo de expansão do ensino superior como um todo, trazendo à luz as continuidades e transformações na implementação de diferentes políticas educacionais e marcos regulatórios que permitiram a consolidação do setor privado no Ensino Superior e o estabelecimento de um quadro favorável para a ampliação da modalidade a distância. Esse exercício é feito na seção 02 e 03 através dos Microdados dos Censos de Educação Superior, publicados pelo INEP, manipulados a partir do SPSS, software de análise de dados.

O estudo de caso é realizado na seção 04 através do levantamento sobre os cursos oferecidos pela Unopar, bem como seu histórico e demais informações sobre o grupo pelo qual é mantida, a Cogna Educação, a partir da consulta dos dados públicos disponibilizados pelo e-MEC e pelas próprias instituições de ensino. Por fim, temos como resultado dessa análise mais específica uma melhor compreensão do processo de diversificação e expansão do Ensino Superior pelo setor privado-mercantil, realizando nas considerações finais um balanço dos seus interesses principais e apontando temas chave a serem aprofundados em novos trabalhos

2. Reconfiguração do Ensino Superior

A educação sempre foi um território importante para a luta de classes, sendo campo para a disputa de projetos políticos antagônicos, existindo nesses últimos trinta anos uma forte articulação dos setores dominantes (finanças, indústria, agronegócio, serviços) que conquistaram bastante espaço na educação, em contraponto a uma crescente fragmentação das lutas a favor da educação pública (LEHER, 2018). As decisões políticas e perspectivas sobre a qual o papel da educação e como esta deve ser ofertada seguem como pauta em constante disputa, acompanhando as transformações econômicas, políticas e sociais que resultam na aprovação de novas leis, decretos e marcos regulatórios que repercutem na realidade da educação por todo país.

A antropóloga Helena Sampaio (2011) relaciona as transformações ocorridas no sistema de ensino superior com o desenvolvimento da estreita relação estabelecida entre setor o público e o privado. Para a pesquisadora, compreender esse quadro mais recente, centralizado no setor privado lucrativo, na associação das instituições particulares de ensino ao capital internacional e na sua abertura na bolsa de valores, só se torna possível a partir desta análise da trajetória histórica e política que possibilitaram essas mudanças (SAMPAIO, 2011 p.39). O crescimento do setor privado sobre o público já se colocava como parte da agenda política desde o período da ditadura civil-militar (1964-1984), onde ocorreram ajustes favoráveis ao setor através da reforma universitária de 1968. Com isso, já no momento de transição do regime tínhamos um número de matrículas privadas maior que as das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas (MANCIBO; MARTINS; DO VALE, 2015, p.36).

Num primeiro momento, portanto, Sampaio (2011) nos permite localizar o crescimento do setor privado na década de 1970 por meio da criação de instituições isoladas e do aumento do número de cursos e vagas para, em seguida, entender o seu direcionamento no momento de crise econômica e transição política na década de 1980, onde a relativa estabilidade do setor é intercalada com uma redução no número de matrículas. Assim, consegue contextualizar os marcos regulatórios para a educação colocados pela Constituição de 1988, que repercutiram em uma corrida das instituições privadas para se transformarem em Universidades e conseguirem o princípio de autonomia para a criação de cursos e remanejamento de número de vagas.

No entanto, foi durante os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2002-2010) que ocorreu o fortalecimento dessa tendência de privatização do Ensino Superior e a conformação dos aparatos legais de organização da educação que conhecemos hoje. O redirecionamento causado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, BRASIL, 1996) e, principalmente, as demais disposições legais colocadas a partir de 1997, foram o que de fato deu início ao processo de aquisições e fusões, diversificação do sistema de ensino, desconcentração regional e interiorização das matrículas, que se estendeu ao longo do início do século XXI.

É a partir deste olhar, que Sampaio (2011) centraliza na possibilidade das entidades mantenedoras assumirem a forma de natureza comercial (BRASIL, 1997) como a iniciativa de maior impacto para os rumos do ensino superior privado no país. Essa perspectiva fundamenta o entendimento sobre o caráter privatizante das reformas e programas de governo que proporcionaram as condições legais para a ampliação de

organizações sociais empresariais e das parcerias público-privadas. Ainda mais importante, conecta aos processos históricos de expansão do capital e explica as condições que possibilitaram o arranjo mais recente do sistema de ensino superior, a partir de 2007, com a tendência de crescente financeirização:

Nesse sentido, iniciativas como a abertura de capital na bolsa de valores ou parcerias com redes internacionais de educação só se tornaram possíveis porque há pouco mais de 10 anos as mantenedoras das instituições privadas optaram pela forma comercial e se instituíram como mantenedoras de instituições privadas com finalidade lucrativa. Tal escolha já expressava a visão empreendedora dos mantenedores das instituições. Quando as instituições ainda não podiam legalmente distribuir o lucro de suas atividades educacionais, algumas mantenedoras começaram a investir os resultados financeiros na infraestrutura da instituição (imóveis, terrenos, benfeitorias nos prédios, etc.) numa espécie de 'acumulação primitiva do capital'. [...] Aos olhos do capital internacional, instituições de ensino superior no país são bons negócios quando têm patrimônio - prédios próprios e uma marca já consolidada no mercado. (SAMPAIO, 2011 p.39-40)

Essa perspectiva fundamenta o entendimento sobre o caráter privatizante das reformas e programas de governo que proporcionaram as condições jurídicas para a ampliação de organizações sociais empresariais e das parcerias público-privadas. Nesse sentido, o conceito de financeirização aparece para dar conta do crescente peso dos mercados e instituições financeiras nas políticas sociais e econômicas observado nas últimas décadas na expansão dos créditos de consumo, empréstimos e financiamentos para o acesso aos serviços indispensáveis como moradia, saúde e educação, e tendo como contrapartida a precarização desses setores na sua provisão pública (LAVINAS; ARAÚJO; BRUNO, 2017. p.6-7). Afinal, trata-se de uma intensificação dos processos de mercantilização das diferentes dimensões da vida, onde o Estado atua com o papel de incentivar os mercados financeiros e a expansão do capital.

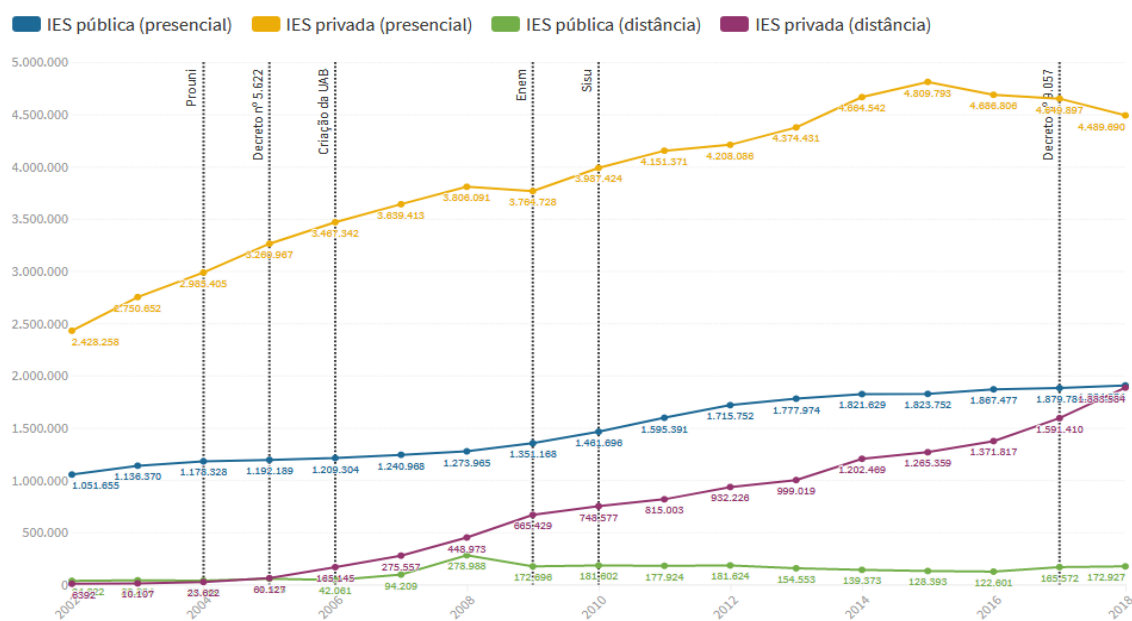
Como principal exemplo disso, temos as políticas de expansão para o Ensino Superior que marcaram nessas últimas duas décadas um padrão de investimento de recursos públicos no setor privado: o Programa Universidade para Todos (ProUni), pela Lei nº 11.096 de 2005, política de incentivos fiscais em troca de oferta de vagas ociosas, e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), pela Lei nº 10.260 de 2001, voltado para a ampliação de matrículas no setor privado através da progressão acelerada do crédito

estudantil e financiamento público. Destacamos aqui, portanto, que esse padrão de desenvolvimento não se trata de uma política de governo restrita ao programa partidário vigente durante determinado mandato, mas uma política de Estado intrinsecamente vinculada à dinâmica da luta de classes que se hegemonizou na defesa dos interesses particulares dos grupos empresariais da educação e do capital.

Esse empresariado educacional, que toma frente no processo de formação de oligopólios e ampliação do ensino superior, impulsionados pelas medidas governamentais de financiamento e oferta de bolsas, assume, então, um papel importante na relação social de produção capitalista. Com a intensificação do processo de mercantilização da educação e da sua transformação em nicho de mercado, temos o enquadramento de um *empresariado de novo tipo* (ANDRADE, MOTTA; 2020). O ideário empresarial ganha novas formas e mais força em relação à política pública educacional no início do séc. XXI, onde esses antigos proprietários de escolas e faculdades privadas passam a assumir o papel de gestores da extração de mais valor nas diferentes iniciativas no mundo da educação

O resultado deste processo pode ser verificado através da série histórica que mostra o crescimento do número de matrículas por categoria administrativa:

Gráfico 01: Matrículas no Ensino Superior por modalidade de ensino e categoria administrativa



Fonte: Censo da Educação Superior, Inep/MEC. Elaborado por pesquisadores do Desestrutura/UFF.¹

¹ GONDIM, RAMALHO E SANTIAGO, 2020. Disponível em: <http://desestrutura.uff.br/2020/11/18/o-dominio-numerico-do-ensino-a-distancia/>

Como podemos observar no gráfico 01, ocorre um crescimento das matrículas em Instituições de Ensino Superior públicas ao longo desses últimos anos.. No entanto, a concentração de matrículas se encontra nas mãos do setor privado, o que foi possível, principalmente, pela expansão dos contratos do FIES e o crescimento do repasse de verbas do fundo público para o setor privado-mercantil. Leher (2018, p.60-61) contrasta esses valores com aqueles repassados às universidades públicas que, com a crise econômica, passaram a sofrer cortes cada vez mais drásticos a partir de 2013, e o que aponta, por sua vez, a consistência da opção pelo setor privado.

A partir desta mesma série histórica e dos Microdados do Censo da Educação Superior, podemos observar uma outra dimensão desse movimento de expansão do setor privado lucrativo que se expressa na abertura de cada vez mais espaço para a modalidade de ensino a distância. Essa tendência é marcada pela relação característica que se constrói pela oferta concentrada nos cursos de licenciatura, que tomam a frente no Ensino a Distância junto aos cursos da área de Negócios, Administração e Direito. É a partir disto que se coloca a importância de pensar a estratégia de diversificação, que resulta na consolidação da modalidade de ensino a distância. Tendo isto em vista, a próxima parte deste trabalho se propõe a discutir os possíveis sentidos desse movimento de reconfiguração do Ensino Superior, e refletir sobre os seus impactos para a formação de professores no país.

3. Formação Docente a Distância

A educação a distância, tal como ofertado ao longo do século XX, surge com a proposta de atender uma população que buscava complementar seus estudos e não tinha facilidade de acesso ou disponibilidade de tempo. Nesse sentido, a realização dos cursos se dava por meio de correspondência, rádio e telecursos transmitidos pela televisão. O desenvolvimento de novas tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDICs), a partir da década de 1990, e principalmente da *internet*, marcou uma nova fase para a modalidade. Dentro desse contexto, o período histórico no qual se inscreve o conjunto de alterações constitutivas e reformas na educação no Brasil, empreendido a partir de 1995, marca também o momento onde começa o delineamento das principais ações e legislações para a política de ensino a distância no país.

Como início desse processo, podemos destacar o Artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96), que trata do apoio e incentivo do

poder público aos programas de educação a distância, ou ainda de outras iniciativas que ocorreram no segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. No entanto, o período mais importante em relação a aprovação de ações e legislações que favoreceram o EaD ocorreram durante o Governo Lula (2002-2010), a exemplo do Decreto nº 5.622/2005 que regulamenta o artigo 80 da LDB e caracteriza a educação a distância como “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos” (BRASIL, 2005).

Para a pesquisadora Kátia Regina Lima, as alterações na esfera produtiva que ocorreram como forma de superar a crise do capital a partir da década de 1970 repercutem nas mudanças e reformas pensadas para a educação, na medida em que passa a existir uma maior flexibilização do processo e da gestão do trabalho e uma exigência de maior capacitação tecnológica dos trabalhadores (LIMA, 2011. p.39-40). Isso também está conectado, da mesma forma, ao movimento do capital em busca de novos mercados para exploração lucrativa e a consolidação do setor privado como ofertante de serviços educacionais, no que referimos anteriormente como o processo de mercantilização da educação. Assim, identifica que a política de implementação da EaD, que tem como fundamentação teórico-ideológicas as noções de “globalização econômica” e “sociedade da informação”, está alicerçada em dois eixos norteadores:

a “atualização tecnológica” dos professores e das escolas/universidades e a “ampliação do acesso” ao ensino, fazendo com que o EaD **apareça** como (1) a oportunidade para que a educação não se torne obsoleta; (2) capacitação docente em serviço e (3) o passaporte de cada indivíduo para, com suas habilidade e competências, superar o “analfabetismo tecnológico”, o “desemprego tecnológico”, alcançando, conseqüentemente, a “empregabilidade”, bem como o passaporte dos países capitalistas dependentes, como o Brasil, para o ingresso “na nova ordem mundial”. (LIMA, 2011. p. 27)

Isto compõe o movimento de diversificação e de diferenciação que é colocado como estratégia para a expansão do ensino superior no Brasil e outros países periféricos, identificado no pacote de orientações dos organismos internacionais como uma

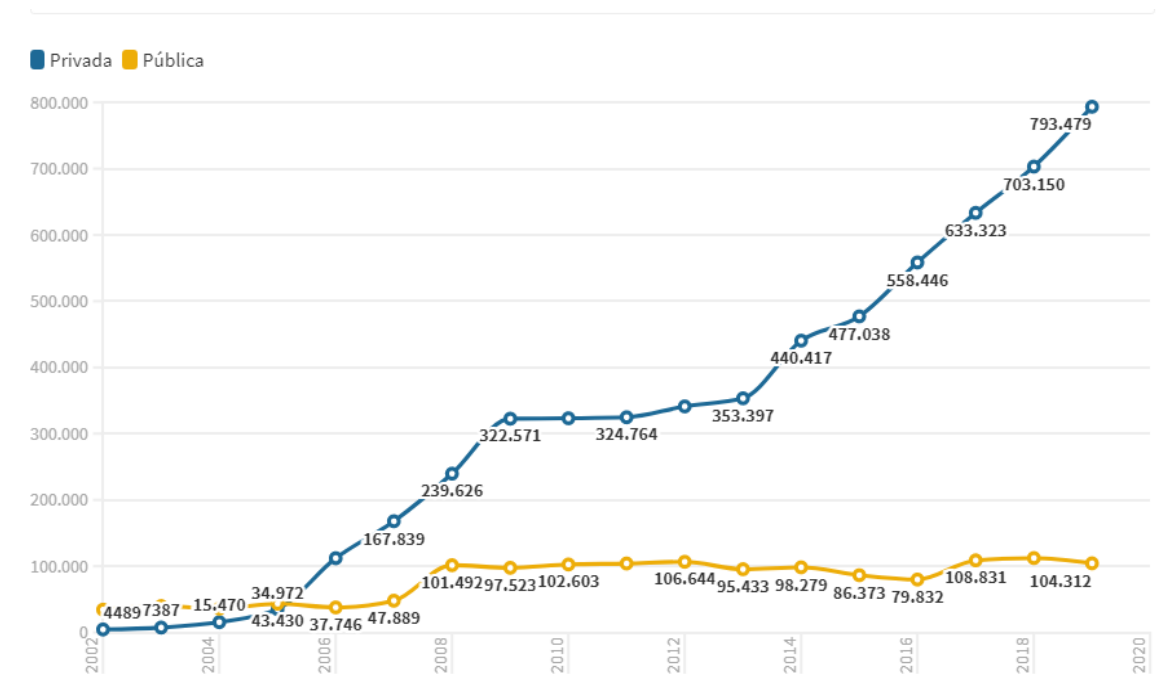
flexibilização dos processos formativos a fim de atender a crescente flexibilização dos processos produtivos. E aqueles grupos e empresas que já possuíam uma presença sólida nos negócios da área educacional viram na incorporação das TICs e da EaD uma possibilidade de crescimento das suas margens de lucro. Desta forma, é a partir da abertura possibilitada pela consolidação do arcabouço político e jurídico para a expansão do ensino superior a distância no país que podemos entender o padrão de crescimento da modalidade e o seu quadro mais recente.

Esse quadro geral é apontado, entre outros, como resultado da facilitação do credenciamento das instituições e cursos frente a marcos regulatórios cada vez mais flexíveis para o EaD, que direcionou esse empresariado a buscar novas possibilidades de investimento (MANCEBO; MARTINS; DO VALE, 2015, p.41). Tendo isto em vista, que se coloca como proposta a reflexão sobre o papel da formação docente a distância, visto que os cursos de licenciaturas ocupam um lugar de destaque neste processo de ampliação da modalidade. Tal como foi indicado na introdução deste trabalho, matrículas em cursos de licenciatura já acontecem para mais de 50% dos estudantes. Além disso, é notável o domínio do setor privado que segue como principal ofertante dos cursos, e também concentra as matrículas no campo da formação docente a distância.

A partir da disposição temporal dos dados disponíveis sobre esse crescimento (gráfico 02), se destacam os anos correspondentes ao período Lula (2002-2010) com a aprovação de alguns dos principais marcos regulatórios para o EaD. Como exemplo, temos a alteração da área de abrangência dos cursos de EaD e do atendimento dos polos presenciais com o Decreto nº 6.303/2007 (BRASIL, 2007), importante para o movimento de expansão das instituições de ensino que oferecem essa modalidade para diversas regiões do país. Da mesma forma, corresponde ao período de implementação do programa Universidade Aberta do Brasil² (UAB), e que pode também nos ajudar a compreender qual a relação que se é forjada entre a formação para docência e os cursos de ensino superior realizados a distância.

² O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído oficialmente a partir do Decreto nº 5.800/2006, apontando como finalidade a expansão e interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior e colocando como objetivo prioritário a oferta dos cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica.

Gráfico 02: Série histórica do nº de matrículas nos cursos de licenciatura à distância (2002 - 2019)



Fonte: Censo do Ensino Superior, Inep/MEC. Elaboração dos pesquisadores do Desestrutura/UFF, 2020.

Eunice Durham, ao destacar algumas das principais questões que foram colocadas em relação à pauta da educação no Brasil ao longo do tempo, aponta a reivindicação da ampliação de acesso a todos os níveis de ensino e a erradicação do analfabetismo; no final da década de 1980, a preocupação com o aumento das matrículas nas séries finais do Ensino Fundamental; e ao longo dos anos 90, adiciona-se a questão da ampliação do Ensino Médio e da qualidade de ensino (DURHAM, 2010). Junta-se a isso os dados que apontavam que parte dos professores atuantes ainda não possuíam nível superior, o que fortalecia a narrativa sobre a necessidade de programas de formação continuada e resultou na exigência do diploma de licenciatura plena para atuar na educação básica (BRASIL, 1996). A expansão dos cursos de formação de professores como política pública aparece, assim, como resposta ao que é colocado como uma das principais questões a serem resolvidas no século XXI: a melhoria da qualidade da educação básica.

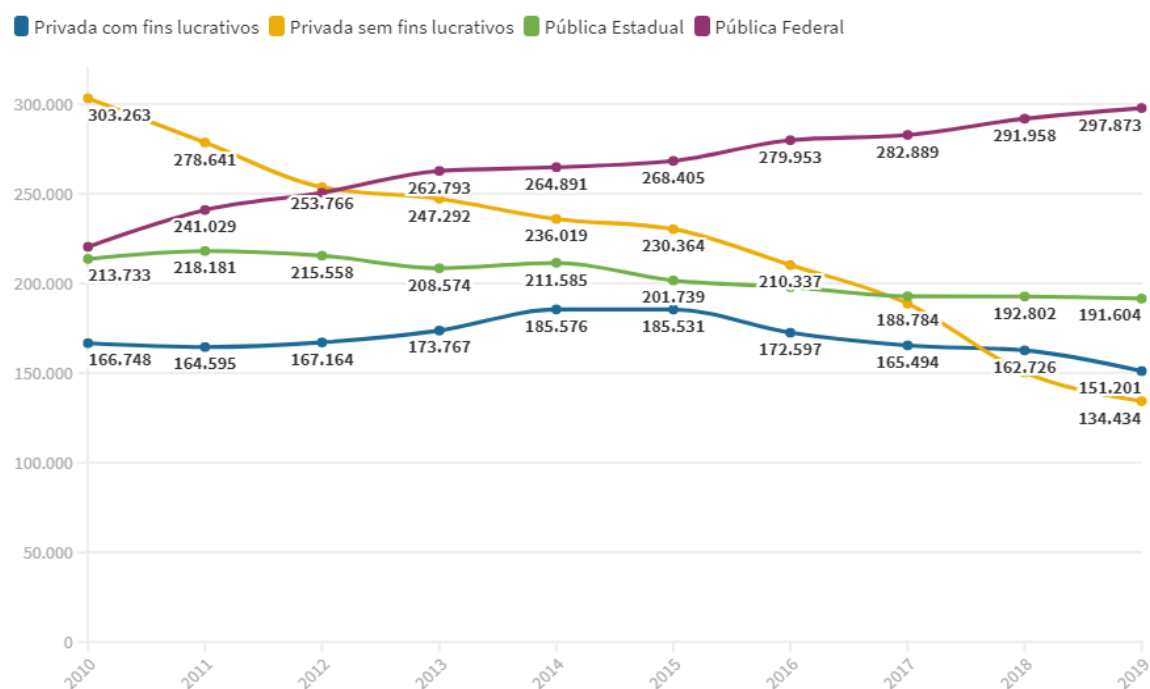
O Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, que instituiu o Sistema UAB articulava em seus objetivos a oferta de cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica e o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância com a ampliação do acesso à educação superior

pública e a redução das desigualdades regionais (BRASIL, 2006). Os princípios e conceitos centrais apresentados pelo projeto possuem similitude com as definições para o ensino superior elaboradas por Organizações Multilaterais, tal como o Banco Mundial e a UNESCO, ao apontarem a diversificação do sistema de ensino superior como o caminho para a mudança e o desenvolvimento social nos países periféricos e a democratização da educação (MANDELI, 2017. p.207-8).

Mandeli aponta que a Universidade Aberta do Brasil aparece, desta forma, como parte da estratégia política para expansão das vagas e cursos voltados para a formação docente, que deu preferência pela modalidade a distância, seguindo uma lógica de formação em larga escala e certificação em massa que a caracteriza como uma “*fábrica de professores*” (MANDELI, 2017, p. 212). A Universidade Aberta se apresentava, então, como um conceito que ajudou a sistematizar como deveria ser feita a oferta de cursos a distância, tendo como base as experiências de várias universidades internacionais, e a enfrentar a resistência do mundo acadêmico tradicional com a modalidade.

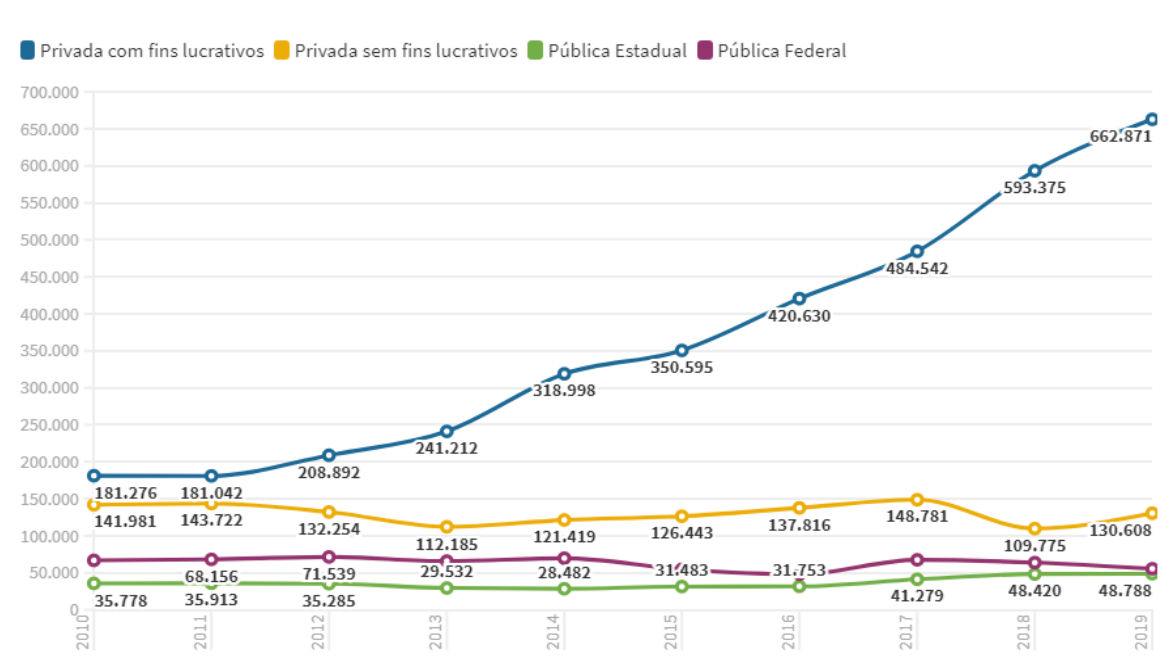
Embora os primeiros anos de oferta de cursos a distância tenham sido feitos pelo setor público, com a aprovação dos atos normativos que flexibilizaram cada vez mais a oferta, podemos observar a inserção em peso do setor privado nesse processo de expansão. Como podemos observar no gráfico 02, o setor privado rapidamente ultrapassou o número de matrículas existentes no ensino superior público que, por sua vez, manteve-se comparativamente estagnado na modalidade a distância. Quando analisamos os dados do crescimento das matrículas entre os cursos de licenciatura a distância e presencial (gráfico 03), de acordo com as categorias administrativas, é possível constatar que a maior presença do setor público se deu pelas instituições de ensino federais.

Gráfico 03: Matrículas em cursos de licenciatura presenciais por categoria administrativo



Fonte: Censo do Ensino Superior, Inep/MEC. Elaborada por não-pesquisadores do Desestrutur/UFF.

Em contrapartida, o setor privado investiu prioritariamente na oferta dos cursos a distância, se destacando a expansão através das instituições privadas com fins lucrativos (IESLuc) com um crescimento muito mais expressivo (gráfico 04). Esses dados se alinham com a leitura sobre a tendência mais ampla da expansão do ensino superior que estabelece preferência estratégica pelas IESLuc, caminho que foi possibilitado com a aprovação do Decreto 2.306 em 1997. A opção pelo crescimento através das instituições com fins lucrativos, onde além do surgimento de novos estabelecimentos, temos a alteração do *status* de instituições antigas, se explica justamente na diferenciação fundamental que diz respeito a forma de obtenção de receitas, o seu uso e a sua destinação. Como apontado por Verhine e Dantas (2017), colaboradores da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES), “o excedente (receitas-despesas) é destinado aos donos e investidores para uso próprio. [...] os tomadores de decisões estratégicas e os formadores das políticas institucionais globais são beneficiários diretos, em termos financeiros, de seus esforços” (DANTAS; VERHINE, 2017. p.5).

Gráfico 04: Matrículas em cursos de licenciatura à distância por categoria administrativa

Fonte: Censo do Ensino Superior, Inep/MEC. Elaborada por pesquisadores do Desestrutur/UFF, 2020.

Para além disto, é importante pensar quem são os sujeitos que ocupam essas vagas dos cursos de licenciatura no setor privado lucrativo, visto que são os principais responsáveis pela formação de docentes no país atualmente. A profissão de professor(a), principalmente da educação básica, é historicamente ocupada por mulheres da classe trabalhadora, sendo esse perfil da docência mantido quando nos debruçamos sobre os dados do Censo da Educação Superior (2020). Nos resultados da análise de dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) referentes aos anos de 2010-2012, realizado por Dantas e Verhine em colaboração com a ABMES, se destaca o fato de os estudantes do setor privado serem mais velhos e mais pobres quando comparados ao setor público:

Quando comparados com alunos de instituições sem fins lucrativos, aqueles matriculados nas IESLuc eram mais velhos (30 anos x 29 anos), em percentual menor de brancos (60% x 68%) e com renda familiar mais baixa (11% x 18% com renda superior a 20 salários mínimos). Além disso, os alunos das IESLuc tendiam a trabalhar em tempo integral (56% x 51%), ter pais sem escolaridade superior (83% x 76%) e a ter feito educação básica em escola pública (57% x 66%). Em relação ao sexo e ao recebimento de algum tipo de financiamento educacional, estudantes nos dois segmentos tinham perfil semelhante. Quando comparados com o setor público da educação

superior, os estudantes do setor privado tendem a ser mais velhos e mais pobres. No entanto, quando observada a cor, os setores público e privado são similares, visto que o percentual de alunos brancos no setor público (65%) encontra-se entre aquele observado para as instituições privadas sem fins lucrativos (68%) e com fins lucrativos (60%). DANTAS; VERHINE, 2017. p.4

Outro fator importante colocado pelo estudo, a partir de uma análise dos dados financeiros, é a constatação de que as IESLuc obtêm mais receita por estudante que aquelas sem fins lucrativos. Os autores atribuem esse resultado aos programas de incentivo como o PROUNI e o FIES, que efetivamente contribuíram para a consolidação do modelo lucrativo no Brasil (DANTAS; VERHINE, 2017. p.4). A presença notável do setor com fins lucrativos como principal ofertante no EaD se explica, portanto, nas práticas gerenciais padronizadas e na ampliação do ganho de escala, pela redução de custos com a precarização e redução do tíquete médio das mensalidades (GONDIM; RAMALHO; SANTIAGO, 2020).

Podemos entender a intensificação desse processo nos últimos anos, notadamente a partir de 2014, também como parte da situação generalizada de crise econômica e política que repercutiu na redução dos contratos para o FIES. Dentro deste contexto, o Ensino a Distância aparece como um nicho de mercado sólido e cada vez mais atrativo por permitir essa minimização dos custos com infraestrutura e trabalho docente, uma expansão geográfica acelerada e a exploração de um público ainda não contemplado no acesso ao Ensino Superior.

4. Cogna Educação: quem educa o educador?

Tendo sido feita a contextualização e discussão sobre o processo de reconfiguração do Ensino Superior, a partir do crescimento da modalidade a distância e da sua notável concentração nos cursos de licenciatura, nos debruçamos nesta seção sobre a trajetória do maior grupo educacional do país: a Cogna Educação, holding que abriga diferentes serviços específicos representados pelas suas respectivas marcas - Kroton, Saber, Platos e Vasta Educação / Somos Educação. A partir disso, buscamos responder a pergunta central desta pesquisa: como é feita a oferta dos cursos de formação de professores pelo seu principal ofertante?

Como discutimos anteriormente, a possibilidade de escolha pela forma comercial das mantenedoras das Instituições de Ensino Superior a partir do Decreto nº 2.306 de 1997, que permitiu a classificação destas como instituições privadas com finalidade lucrativas, marca uma mudança qualitativa nas práticas de governança das empresas educacionais e no padrão de crescimento do ensino superior como um todo. Desde então, o mercado educacional tem como parte do seu processo de expansão o crescimento vertiginoso dessas instituições com fins lucrativos (IESLuc), de forma que atualmente observamos que estas reúnem a maior parte das matrículas totais dentre as categorias administrativas existentes, dominando igualmente a oferta dos cursos de formação para docência (INEP, 2020).

A Rede Pitágoras, que veio a se tornar o grupo atualmente conhecido como Cogna Educação, começou como muitas outras instituições de ensino mais tradicionais atuando como pré-vestibular e construindo, primeiramente, uma rede de escolas na educação básica. Assim, desde a sua criação em 1966, em Minas Gerais, até o final do século XX se consolidou nessa etapa de ensino ganhando espaço no setor privado. A sua inserção no Ensino Superior se dá através da criação da primeira Faculdade Pitágoras nos anos 2000, já contando com a participação de investidores e ativos internacionais, a exemplo da ligação com a *Apollo International* que durou até o ano de 2005.

Em 2007, com a possibilidade de abertura do capital para bolsa de valores das instituições de ensino, a Rede Pitágoras foi um dos primeiros grupos educacionais a se inserirem rapidamente nesse campo. Em 2009, passa a receber aporte financeiro de um dos maiores fundos de *private equity* do mundo, a *Advent International*, que passa a compartilhar o controle do grupo com os sócios fundadores. Isso marca uma base importante para o seu rápido crescimento ao aumentar a sua capacidade financeira e possibilitar a realização da estratégia de expansão acelerada através dos processos de fusões e aquisições de empresas menores que marca a sua rápida liderança do mercado educacional.

Em uma década de atuação no Ensino Superior, o grupo já ocupava posição de liderança na oferta de cursos por todo o país, além de seguir ampliando sua atuação na Educação Básica, com a produção de material didático, elaboração de métodos pedagógicos e plataformas virtuais de ensino. Na análise dos relatórios e apresentações institucionais, publicados desde 2007 e disponíveis para consulta no site voltado para

relações com investidores do grupo³, é possível acompanhar esses principais processos, estratégias e sentidos da sua trajetória a partir da visão do grupo empresarial.

Destacam-se o apontamento da mudança na regulamentação que passa a permitir a atuação de instituições com fins lucrativos como um marco, e a compreensão da importância da utilização da plataforma de Ensino Básico já bem consolidada e da associação com a *Apollo International* para a expansão do grupo empresarial no Ensino Superior, com a ampliação rápida do número de cursos oferecidos e do número de matrículas pela lógica do “custo baixo, preço baixo”. É interessante observar também a base da sua tese de investimento, que ressalta a amplitude do mercado brasileiro de educação e o crescente aumento da participação de investimento privado para o Ensino Superior, como resultado de uma demanda reprimida que surge do investimento público focado principalmente no Ensino Básico.

Imagem 01: Tese de Investimento do grupo Kroton Educacional



Fonte: Cogna Educação / Apresentação APIMEC, 2007⁴

Juntamente a isso, a existência de um mercado altamente fragmentado no Ensino Superior é apontada como responsável por oferecer oportunidades de aquisições de *campi* pequenos, o que reduz o ciclo de aprovação regulatória e o período pré-operacional, e constitui a sua estratégia de crescimento através de aquisições e expansão para todo o território nacional. A importância dos programas de fidelização e financiamento, principalmente do FIES, aparece como fomento à pontualidade dos

³ Acesso através do link: <https://ri.cogna.com.br/a-kroton/apresentacoes-institucionais/>

⁴ Apresentação Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC) de 2007. Disponível para acesso no site da Cogna Educação em: <https://ri.cogna.com.br/a-kroton/apresentacoes-institucionais/>

pagamentos, incentivo para o retorno de alunos evadidos, redução da inadimplência e evasão, redução do fator preço na decisão do aluno, e o incremento para a captação de novos alunos com relativa segurança para a empresa.

Em 2008, a receita do Ensino Superior obtida pela empresa já consegue ultrapassar a do ensino básico, e o aumento de capital e mudança nas práticas de governança com a entrada da *Advent International* são apontadas como a marca de um novo ciclo de crescimento. Com isso se reforçam os processos de fusões e aquisições inorgânicas, e, a partir do mesmo ano, o Ensino a Distância começa a aparecer como nicho altamente lucrativo a ser explorado nas próximas etapas de expansão da empresa - não somente como modalidade totalmente a distância, mas também como parte das atividades do currículo de cursos presenciais. Na análise do público alvo de cada modalidade, o foco para os cursos presenciais são os estudantes recém formados no Ensino Médio, enquanto os cursos de EaD são apontados como uma possibilidade de dar conta, além dessa demanda recorrente de jovens recém formados, de uma demanda gerada pela inserção tardia do país no Ensino Superior e dificuldade no acesso que coloca um número de pessoas mais velhas e já economicamente ativas como foco do mercado de educação a distância.

Dentro disso, a aquisição em 2011 da Universidade Norte do Paraná (Unopar), líder nacional no número de matrículas EaD, representou o ponto de inserção definitiva do grupo na modalidade de ensino a distância. Complementando a sua liderança no mercado com a aquisição de outras importantes marcas nos próximos anos, como a Uniasselvi, vendida como parte da imposição do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para autorizar a fusão com a Anhanguera que, atualmente, faz parte junto a Unopar do quadro duplo de principais ofertantes dos cursos a distância pelo grupo educacional.⁵

Um atrativo apontado pelo grupo para a aquisição, para além do evidente domínio do número de matrículas, é o controle acadêmico e financeiro da instituição sobre as atividades de ensino a distância, possuindo uma infraestrutura para oferta já bem estabelecida, com estúdios próprios de gravação em Londrina (PR) para produção

⁵ O Cade condicionou a aprovação da incorporação da Anhanguera ao cumprimento de um conjunto de medidas previstas em um Acordo em Controle de Concentrações (ACC), que previa a venda da Uniasselvi como necessária para a existência de concorrentes com escala suficiente para rivalizar no mercado de ensino a distância com o grupo Kroton. Disponível em: <http://en.cade.gov.br/cade/noticias/cade-aplica-conjunto-de-restricoes-a-uniao-de-kroton-e-anhanguera>

dos conteúdos e transmissão das aulas ao vivo, e reconhecimento dos órgãos públicos de certificação.

O resultado da inserção de uma instituição de ensino como a Unopar, que conseguiu realizar um crescimento orgânico significativo no seu período de atuação, em um grupo com porte internacional, grandes recursos e capital para investimento fica evidente no seu rápido crescimento tanto na quantidade de polos por todo o território nacional quanto no número total de matrículas, que mais do que dobraram neste curto período desde a sua aquisição, indo de 140.723 matrículas em 2010 para 375.395 matrículas em 2019.

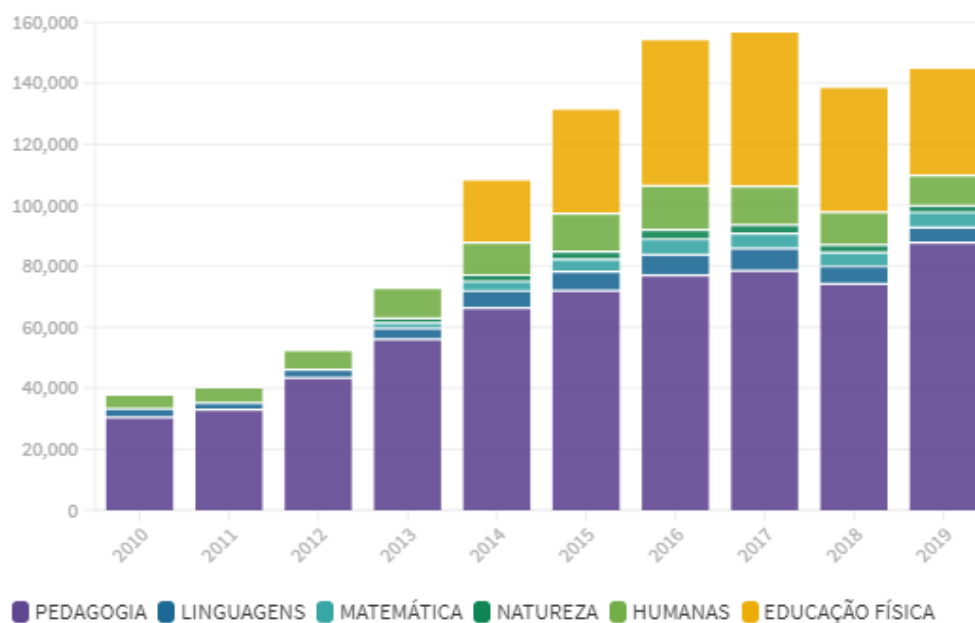
A Universidade Norte do Paraná (Unopar), fundada em 1972 em Londrina, Paraná, por um grupo de empresários e professores, se constituiu através da unificação das diferentes faculdades locais voltados para cursos de áreas específicas que foram criadas desde o período de sua criação. Sendo assim, em 1992 é aprovada pelo Conselho Federal de Educação a unificação sob a designação “Faculdades Integradas Norte do Paraná - UNOPAR”, que até então reunia cursos de Educação Física, Ciências e Artes Aplicadas, Desenho Industrial, Dança, Fonoaudiologia, Odontologia, Informática e Tecnologia em Processamento de Dados. Com o seu credenciamento como universidade em 1997, processo que diversas instituições mais tradicionais realizaram no mesmo período, foi possível uma maior autonomia na criação de cursos, centros de estudos e expansão das suas atividades.

A inserção da Unopar na modalidade de ensino a distância se deu de forma pioneira em relação ao setor privado, adquirindo em 2006 o seu primeiro credenciamento para oferta do Curso Normal Superior - atualmente curso de Pedagogia -, licenciatura, magistério para séries iniciais do ensino fundamental, a distância, e a renovação do credenciamento para oferta de cursos superiores a distância⁶. Junto ao curso de Pedagogia, temos como parte dos principais cursos a distância, os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Serviço Social, no bacharelado, e de Gestão de Recursos Humanos e Análise e Desenvolvimento de Sistemas no tecnólogo. Atualmente o número de matrículas totais da Unopar é de 375.395 alunos, sendo mais de 96% concentrados em cursos a distância, dos quais se dividem em 141.715 em cursos de bacharelado, 145.855 em cursos de licenciatura, e 76.014 em cursos tecnólogos.

⁶ Portaria N° 555, de 20 de Fevereiro de 2006; e Portaria N° 556, de 20 de Fevereiro de 2006.

A oferta se dá principalmente através dos cursos 100% online, onde os conteúdos são ministrados por meio de aulas gravadas, organizadas junto aos demais conteúdos multimídias e materiais didáticos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). A mediação dos conteúdos e contato dos alunos com algum profissional se dá principalmente através do Tutor a Distância, que costuma ter uma formação superior mínima na área específica do curso, e tem como único momento presencial a realização das provas e atividades nos polos. Outra opção disponível em alguns polos são os cursos semi-presenciais, onde acontecem nos polos presenciais da cidade as atividades e aulas síncronas, neste caso, as aulas transmitidas ao vivo do estúdio em Londrina, são acompanhadas e mediadas por um tutor presencial que possua também formação e especialização na área.

É importante destacar como os cursos ofertados na modalidade a distância, e com significativo número de matrículas, são aqueles atrelados tradicionalmente ao horizonte de possibilidade de formação superior para a classe trabalhadora: Pedagogia, Administração e Serviço Social. No entanto, é essa relação característica existente da modalidade de ensino a distância com os cursos de formação para professores que, mais uma vez, aparece em posição de destaque e diz respeito ao nosso propósito mais específico de pesquisa. Quando nos debruçamos sobre os cursos de licenciatura e a sua disposição por áreas de conhecimento, é possível notar uma diferença no padrão de oferta entre os cursos de formação específica (das áreas de humanas, ciências da natureza, matemática e linguagens) e o de Pedagogia que ocorre igualmente na comparação entre o setor público e privado como um todo. Enquanto o setor público fica responsável, principalmente, pela oferta dos cursos de formação de professores presenciais e tendo uma maior representação destes cursos de formação específica, o setor privado concentra quase que totalmente a sua oferta de cursos da licenciatura na modalidade a distância, com destaque para o curso de Pedagogia, Educação Física, e formações das áreas de linguagens e humanas.

Gráfico 05: Matrículas em cursos de licenciatura à distância da UNOPAR, 2010 - 2019

Fonte: Censo do Ensino Superior, Inep/MEC. Elaboração própria realizada pelo autor.

A escolha pela concentração da oferta na formação de professores, particularmente nos cursos de Pedagogia, se justifica no fato de que o curso pode ser disponibilizado com uma infraestrutura física mínima para as atividades presenciais necessárias nos vários polos locais espalhados pelos municípios do país. Sendo assim, é possível verificar nas IESLuc uma concentração numérica das matrículas nos cursos a distância de Pedagogia, em contraposição com uma baixa presença nos cursos de formação específicas, principalmente, os que demandam atividades práticas em laboratórios, como a graduação das áreas de conhecimento da natureza. Esse é um padrão que vemos também quando direcionamos nosso olhar para a Unopar, maior instituição de ensino superior de Ensino a Distância.

O curso de Educação Física, tanto na sua habilitação do bacharelado quanto na da licenciatura, se destaca quando olhamos o seu expressivo número de matrículas no quadro geral da disposição de cursos por Instituições de Ensino Superior. Isto se justifica pelo seu amplo campo de atuação profissional, com a possibilidade de trabalho em diferentes tipos de organização e funções, assim como a sua crescente demanda. Neste sentido, o curso representa um alto potencial lucrativo, o que se reflete na sua concentração de matrículas no setor privado, aparecendo com presença forte tanto na modalidade a distância quanto na presencial. Da mesma forma, é possível observar que a oferta privada deste curso para a licenciatura é concentrada na modalidade de ensino a

distância, como parte da tendência de ampliação dos cursos formação de professores pelo EaD.

Essa relação pode ser igualmente observada na trajetória de oferta do curso de Educação Física pela Unopar, um dos cursos mais antigos a serem ofertados pela instituição, onde a licenciatura presencial passou a ser consideravelmente reduzida⁷, estando o curso ofertado na cidade de Londrina (PR) em processo de extinção. Em 2014, o curso passa a ser ofertado na modalidade a distância já com o impressionante número de 20.256 matrículas da licenciatura (gráfico 05) e, atualmente, reunindo o total de 35.029 matrículas. Também nesta área de formação, a Cogna Educação aparece com a maior concentração de matrículas, sendo a Unopar a sua principal instituição ofertante com mais de 50% do total de alunos do grupo educacional.

5. Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, procuramos entender como se deu o processo histórico de expansão do Ensino Superior e os desdobramentos mais recentes que apontam para a sua reconfiguração a partir do crescimento das matrículas na modalidade a distância. A possibilidade da diversificação, assim como a possibilidade de oferta da graduação a distância foram apresentadas com o discurso da democratização do acesso. Enquanto é inegável que isso representou um aligeiramento no processo de expansão das matrículas e criação de cursos e instituições por todo o país, cabe avaliar a forma pelo qual ocorreu e os seus impactos.

O domínio do setor privado lucrativo, tanto na oferta geral dos cursos de graduação, como na concentração do número de matrículas das licenciaturas, reforça a importância de se questionar sobre os interesses particulares deste empresariado educacional. A partir da intensificação do processo de mercantilização da educação e da sua transformação em nicho de mercado, temos o enquadramento desse *empresariado de novo tipo*, não somente no âmbito econômico enquanto proprietário responsável pela expansão das instituições privadas, mas também na dimensão político-ideológica, como dirigente intelectual e moral das políticas das educações pública e privada. A sua capacidade técnica e de gestão é colocada frente ao discurso fabricado de ineficiência da

⁷ O curso de licenciatura em Educação Física ofertado presencialmente pela Unopar reduziu de 690 para 171 matrículas no período de 2010 – 2019. Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior, 2010 – 2019.

administração pública na resolução dos problemas e dos dilemas da educação brasileira, o que aprofunda a relação entre o público e o privado já bem estabelecida historicamente, onde os setores privatistas se mantiveram organizados e presentes nas disputas em torno das decisões políticas e normativas para a educação.

Nesse sentido, a diversificação e a forma de expansão do Ensino Superior pelo setor privado-mercantil são apontadas como um fator que incide sobre a qualidade da formação e produção do conhecimento científico e cultural, caracterizando uma preferência pela formação profissional aligeirada, voltada para o mercado de trabalho e, principalmente, para a ampliação da margem de lucro dessas frações burguesas. Outra repercussão está nas condições para a atuação docente, que encontra no Ensino a Distância a mais recente expressão no avanço da sua precarização. Nas instituições do setor lucrativo, a alta proporção de estudantes por docente, que é característica do EaD como um todo, se eleva para níveis que ultrapassam largamente a média de 22 alunos por professor (GONDIM; RAMALHO; SANTIAGO, 2020). Todos esses fatores apontam para uma necessidade em se aprofundar nos estudos sobre como a formação docente a distância impacta a qualidade da Educação Básica. Para isso, a análise mais detalhada de como se dá oferta dos cursos de licenciatura por parte das IESLuc, se atentando para as condições dos profissionais da educação deste setor, assim como, a compreensão da atuação dos docentes formados por elas.

Procuramos destacar, ainda, como essas mudanças realizadas no âmbito público sobre a forma como é ofertada a formação de professores e a Educação Superior como um todo, refletiu na definição do quadro atual onde este se encontra oligopolizado e hegemonizado pelo setor privado com fins lucrativos. Para isso, recorreremos à análise da trajetória do seu principal ofertante a partir da investigação sobre a organização deste grupo educacional e sua principal instituição, a Cogna Educação e a Unopar, como forma de demonstrar factualmente os efeitos deste processo político. Por fim, é igualmente importante atentar-se para as formas específicas de organização e ativismo desses setores privados educacionais, que possuem grande representatividade e ocupam as instâncias de decisão das políticas públicas em diferentes frentes, construindo uma relação dialética de influência entre a sociedade civil e o Estado, no seu sentido estrito. Essa relevância se intensifica a partir da imposição do contexto de pandemia do Covid-19, em 2020, que tem aquecido as discussões sobre a ampliação da modalidade a distância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Carolina Pires da; MOTTA, Vânia Cardoso da. *O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões*. COLEMARX / Educ. Soc., Campinas, v. 41, e224423, 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

_____. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. Revogado pelo Decreto nº 3.860, de 2001. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1], 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2306.htm

_____. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm

_____. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Revogado pelo Decreto nº 9.057, de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm

_____. Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Revogado pelo Decreto nº 9.235, de 2017. Altera dispositivos dos Decretos nº 5.622/2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6303.htm

_____. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm.

_____. Portaria n. 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>

COSTA, Hellen Balbinotti. *Financeirização e o negócio da formação docente*. IX Colóquio Internacional Marx e Engels - GT8. 2018.

DANTAS, Lys Vinhaes; VERHINE, Robert. *Educação Superior com fins lucrativos e responsabilidade social*. Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior - ABMES. 2017. Disponível através do link: <https://responsabilidadesocial.abmes.org.br/noticias/artigos/254-educacao-superior-com-fins-lucrativos-e-responsabilidade-social>

DURHAM, Eunice. *A política educacional do Governo Fernando Henrique Cardoso: Uma visão comparada*, São Paulo, Novos Estudos, 88, 2010

EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan Kenji (org.). *Formação de professores no Brasil: leituras a contrapelo*. - 1. e. - Araraquara [SP] : Junqueira&Marin, 2017.

EVANGELISTA, Olinda; PEREIRA, Jennifer Nascimento. “QUANDO O CAPITAL EDUCA O EDUCADOR: BNCC, Nova Escola e Lemann”. Movimento - Revista de Educação. Niterói, ano 6, n. 10, p. 65-90, jan./jun. 2019.

FONTES, Virgínia M. G. de M. *Crise do capital, financeirização e educação*. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v.11, n. 3, p. 328-347, dez. 2019.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Microdados do Censo da Educação Superior 2010*. Brasília, 2011

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Microdados do Censo da Educação Superior 2015*. Brasília, 2016

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Microdados do Censo da Educação Superior 2019*. Brasília, 2020.

LEHER, Roberto. *Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo*.

_____. *Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes*. - Rio de Janeiro : Consequência : 2018.

LIMA, Kátia Regina de Souza. *A política de ensino superior a distância no Brasil nos anos de neoliberalismo*. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 29, n. 1, 19-47, ja./jun. 2011

MANCEBO, Deise. MARTINS, Tânia Barbosa; DO VALE, Andréa Araujo. *Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010*. Revista Brasileira de Educação, v. 20, n. 60, jan.-mar. 2015.

MARX, Karl. *O método da Economia Política*. In:_____. Contribuição à crítica da Economia Política. São Paulo : Expressão Popular, p.255-270.

PEREIRA, Larissa Dahmer; SOUZA, Andréa Cristina Viana de. *Mercantilização do ensino superior brasileiro e o uso do EaD como estratégia expansionista*.

SAMPAIO, Helena. *O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidade e transformações*. Revista Ensino Superior Unicamp, ed. 04, outubro de 2011.